

QUALIDADE DE VIDA URBANA: REPENSANDO A CIDADE? (*)

Amélia Luisa Damiani(**)

Este encontro de geógrafos não acontece todos os dias. Trata-se de uma ocasião especial. Está em jogo o limite de nosso tratamento dos problemas sociais que nos atormentam, e em que a Geografia pode contribuir para desvendá-los. É um balanço de até onde fomos ou podemos ir no entendimento de nosso país, de nossa época, e das possibilidades objetivas que se apresentam. Eu preciso ousar, mesmo sem muitos elementos, pois a ocasião exige esta ousadia; ela nos levará até a zona turbulenta dos enganos e dos acertos, ambos vivos, no mundo da dúvida persistente.

Tenho uma posição sobre o tema. Ela aparece como uma hipótese, e este debate pode corrigi-la, recusá-la, emendá-la. Ela não sairá ilesa, espero. Mas também espero que vocês se atormentem com ela.

Temo não conseguirmos repensar a cidade através da qualidade de vida urbana. Qualidade de vida urbana pode estar comprometida com a deterioração da cidade.

Já lidei com este tema, enquanto técnica de planejamento, anos atrás. Arrolar serviços urbanos existentes, de um lado – educação, esgoto, água, luz, asfalto, etc. –, e de outro, o montante pressuposto de sua necessidade, dado o número de habitantes e a necessidade média que cada um representa. O maior acervo de dados, a tentativa de compatibilizá-los, até com muitas dificuldades, pela forma como foram produzidos – e aqui um parêntese: aos economistas, na época, os procedimentos estatísticos corrigiriam e compatibilizariam todos os dados –, a síntese, resultado da análise fatorial, da qual resultaria um ou mais indicadores sociais, que dariam a medida das carências de cada área ou lugar. E por último, a forma de planejamento conveniente à resolução dos problemas desvendados; as prioridades, enfim, estabelecidas. O mapeamento dessas deficiências e das

pressupostas soluções era indispensável. Estamos diante da retórica da tecnocracia: das imagens, dos discursos, que revelam a eficiência, a transparência, a superficialidade da compreensão da problemática social, o esvaziamento de seu sentido político, sua redução ao técnico.

Esta racionalidade, que permeia o tratamento da qualidade de vida urbana, é apenas conjuntural? Fruto da leitura que a ditadura militar lhe determinou? Não acredito. Embora ela possa se aproximar de um entendimento mais vivo, ela faz parte da própria crise do urbano; da generalização da racionalidade da empresa a outros momentos da vida social; do desenvolvimento da tecnocracia; do fortalecimento e da centralização do poder; da expansão do modo de produção capitalista e da sua base material, constituindo novos setores de produção, e portanto de exploração e de dominação, entre eles, a urbanização; da redução do social ao estritamente econômico ou estritamente político. Alguns desses aspectos atingem, também, os países socialistas, e demarcam sua crise.

Esta leitura não trata de algo independente dos termos como a cidade crescia, dos interesses que moviam este crescimento e seu sentido. Havia esta leitura, ela era possível, porque era esta racionalidade que alimentava a produção e reprodução real da cidade. A produção da cidade como espaço homogêneo, fragmentado – funcionalizado – e hierarquizado, tão profundamente examinado por Henri Lefebvre. Este é o sentido da

(*) Trabalho apresentado em Mesa Redonda, intitulada "Qualidade de Vida Urbana: Repensando a Cidade", do 8º Encontro Nacional de Geógrafos, promovido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, de 15 a 20 de julho de 1990.

(**) Professora Assistente do Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

deterioração da cidade. Os grandes conjuntos habitacionais, verdadeiras "cidades" por seu tamanho, que chegam a mais de 100.000 moradores, caso de Itaquera II e III – ou Conjunto José Bonifácio – em São Paulo, exemplificam a redução da vida urbana: "uma fábrica de loucos", "um depósito de gente" são expressões dos próprios moradores para os qualificar.

Um espaço que deteriora a vida social, reduzida a satisfação de necessidades básicas e primárias - comer, beber, aprender a ler ... – codificadas e dissecadas de seu universo simbólico, em centros de serviços e comércio e centros comunitários, controlados pela Cohab-SP – Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo –, sujeitos às permissões e critérios da empresa; por exemplo, aos bares não são concedidas permissões de uso, eles existem, nos conjuntos, em espaços informais, reservados à habitação, assim transformados por iniciativa de alguns moradores. O processo de apropriação deste espaço, sujeito a tantos constrangimentos, é fruto de muita luta, para tornar mais plástico, um espaço dessa forma rigoroso. A vida privada também se reduz: moradores constrangidos a espaços minúsculos, reunidos em edificações de até 60 famílias, vindos de todos os lugares da cidade, sem identificação entre si. Paredes que vazam o som, inibindo a intimidade dos ocupantes; conflitos quanto às despesas de condomínio e sua administração, entre tantos problemas, marcam o dia a dia dessa gente, isolada e solitária em grandes blocos. Na hierarquia, este espaço é periférico. Obriga milhares de trabalhadores a se deslocarem por horas para chegar ao trabalho. O tempo da vida privada, do lazer, das horas dedicadas aos filhos, da afetividade recriada se reduzem.

Qualidade de vida urbana, enquanto um acervo de necessidades básicas satisfeitas, passa a meu ver, exatamente e paradoxalmente pela produção de um espaço deteriorado, enquanto espaço urbano – aquele motivo de encontros, de vida coletiva real, de espaço lúdico vivido.

Cifra-se, codifica-se, quantifica-se necessidades dissecadas, simulando necessidades sociais e urbanas na sua plenitude. Este espaço, assim produzido, é *instrumental*, não é inocente, serve ao processo reprodutivo desta sociedade. Nestas últimas duas décadas, essa discussão se tornou frequente. Tornava-se claro que o processo reprodutivo não se esgotava na fábrica ou no mercado; atingia outros momentos da vida social, sujeitos,

por sua vez, agora, à racionalidade produtivista, à sua metamorfose pela ampliação do capitalismo. Atingia decisivamente o urbano. "Com efeito, o que importa hoje é compreender de que maneira as rápidas modificações que se observa em certos níveis da realidade são compatíveis com a estabilidade de algumas relações sociais fundamentais. Este desvio de ponto de vista faz emergir uma série de questões novas e de novos objetos."¹

Qualidade de vida urbana impregnada da racionalidade lógica da separação, da classificação, da institucionalização, do poder, da dominação, do controle, do terrorismo, da sobre-repressão, da re-produção das relações sociais, através da deterioração do urbano. O urbano ao invés de campo da civilização, do desenvolvimento humano, torna-se o espaço da reprodução do homem animalizado, desumanizado.

Do habitar, lúdico e mesmo simbólico, ao habitat, espaço preenchido de funções codificadas e isoladas; espaço da reprodução.

Neste sentido, repensar a cidade através da qualidade de vida urbana como tema é uma ironia, considerando-se o discurso tecnocrático que alimentou este entendimento e a prática real que o realizou.

Mas resta a questão: podemos nos reapropriar do tema, colocá-lo de ponta-cabeça, invertê-lo? É possível, e é possível menos por uma intenção subjetiva; mais pelos resíduos e contradições que essa produção do espaço cria.

Henri Lefebvre, um estudioso que aprecio muito, um amigo, como diria Eder Sader (a propósito dos escritos e homens que movem nosso pensamento), mais de uma vez apontou os espaços favelados como espaços mais ricos em vida coletiva real, apesar das penúrias, que outros espaços mais "urbanizados", como os conjuntos habitacionais. Espaços de autogestão, diferente dos últimos, rigidamente controlados. Contudo, exatamente ele, Henri Lefebvre, situa uma questão fundamental: o movimento das contradições e de sua superação. O sentido

(1) Topalov, Christian - "Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965", texto apresentado ao seminário "La investigación urbana en América Latina: caminos recorridos y por recorrer, Centro de Investigaciones Ciudad, Quito, Equador, setembro, 1987.

possível de estarmos diante de contradições sempre superiores.

Os conjuntos habitacionais, que apresentamos como expressão visível da racionalidade embutida na qualidade de vida urbana, nas necessidades básicas atendidas, e que resulta em projetos urbanísticos gigantescos, e na consolidação política dos seus executores (a exemplo de Paulo Maluf, em São Paulo, a propósito dos conjuntos habitacionais de Itaquera), embora resultem em descontentamentos, não desembocaram, pelo menos ainda, numa experiência falida, como nos países europeus e nos Estados Unidos – onde houve depreciações e implosões.

O déficit habitacional é imenso; só entre os inscritos na Cohab-SP contam-se mais de 400.000. A penúria dos favelados, a impossibilidade do pagamento de aluguéis, cada vez mais caros, criam essa demanda habitacional. Também resultado da consolidação da casa própria como solução e utopia, propostas pelo regime militar no Brasil.

Se a vida cotidiana dos conjuntos habitacionais pode ser insuportável, e se nos países europeus isto leva a uma crise dessa experiência urbanística; num país, como o nosso, em que a sobrevivência não está garantida, como exigir a vida?

A premência de assegurar a própria sobrevivência dilui ou atenua as críticas a esse urbanismo institucional dos grandes conjuntos habitacionais. Esta está entre as dificuldades, para sensibilizar sua população, enfrentadas pelos movimentos populares atuantes nesses espaços.

Está garantida a água, o esgoto, a segurança "relativa" da casa própria – os prédios não resistirão por mais de uma década, dada a precariedade da construção, a documentação em muitos conjuntos é irregular –, supera-se formas de penúria, conquista-se equipamentos e serviços, embora deficientes, e também a "estabilidade"; ao mesmo tempo, aparecem novas penúrias, contradições atualizadas, como as já mencionadas do comprometimento da vida urbana e cotidiana.

De qualquer forma, trata-se de uma outra dimensão, de um outro momento, superior, eu diria, de enfrentamento das contradições urbanas. São populações que, assim, não estão marginalizadas definitivamente das

conquistas técnicas e da produção de equipamentos de saneamento, entre outros²; vivem agora outra forma de pobreza. O acesso a esses equipamentos cria-lhes novas possibilidades, em relação àquelas que viviam nas favelas. Esta alienação de nível superior – a da vida urbana propriamente – poderá lhes levar, embora com dificuldades, principalmente pela história particular de penúria anterior, a uma vida melhor, mais que a uma sobrevivência garantida. É um outro patamar possível da luta pelo urbano. (A palavra *possível* indica que há também possibilidade de involução, diante de um movimento que não é linear, e que guarda mais de uma possibilidade, passíveis de realização, inclusive, em função das diversas conjunturas). Neste sentido, a qualidade de vida urbana, mesmo considerando os limites que lhe impus, é um momento superior de contradição e enfrentamento, em direção ao direito à cidade.

Entre as virtualidades dessa racionalidade, como resíduo desse processo de reprodução deteriorada da vida social e urbana, consequência do processo de alargamento, de ampliação do modo de produção capitalista a outros níveis da vida social, surge a produção de relações sociais novas. "A criação do novo. Uma tensão no cotidiano."² Os movimentos sociais urbanos são sua expressão visível. Motivo de enfrentamento e tentativa de captura pela política social do Estado. Consideremos aqui estas possibilidades e o sentido da capturação.

Falava de qualidade de vida urbana no limite da produção de simulacros de cidade, como é o caso dos grandes conjuntos habitacionais: "a cidade deteriorada". "Guetos diversos nomeados "conjuntos" pela burocracia mistificadora", acentua Henri Lefebvre, e praticamente, nos mesmos termos Claude Rafestin. Na verdade, de forma mais generalizada, a qualidade de vida urbana aparece como argumentação no seio de políticas voltadas à produção dos equipamentos urbanos ou equipamentos sociais urbanos, como, na década de 70, eram denominados. E, a esta época, envolvia a discussão de seu significado na acumulação do capital. Veja-se Lojkine e o sentido da ampliação do processo de socialização das forças produtivas, através dos meios de consumo

(2) Agradeço a José de Souza Martins a contribuição ao entendimento do movimento das contradições no urbano.

coletivos, enquanto condições gerais de produção. Neste momento, a leitura tinha esse caráter, como argumenta Topalov, de "reinserção dos fenômenos urbanos dentro da análise das estruturas globais do capitalismo"³. Mas também, já a esse tempo, e principalmente, mais recentemente, acentua-se a estratégia política do Estado, em mais de uma dimensão, não somente na produção estrita dos serviços urbanos. Entre outros autores, inclusive Lojkine, acima citado, ressalta o discurso da participação comunitária; uma configuração da política social estatal, segundo uma ideologia liberal, pelo menos a primeira vista, em que o planejamento urbano aparecia com a função de legitimação. Maria da Glória Marcondes Gohn insiste sobre essa questão.⁴ Define este, como o caráter da política social preconizada pelo aparelho estatal burocrático-militar brasileiro, nos anos 70, tendo em vista diluir os movimentos sociais que se fortaleciam. Particularmente, em minha pesquisa, junto à documentação sobre os conjuntos habitacionais em São Paulo, deparei-me com o Programa de Desenvolvimento Comunitário, promovido e alimentado técnica e financeiramente pelo BNH – Banco Nacional da Habitação –. Programa que tinha o objetivo de produzir formas de convivência nos conjuntos habitacionais, definindo o perfil das associações de moradores. Dessa forma, haveria um processo de institucionalização dos movimentos populares; vítimas desse processo, evidentemente, para além dos limites dos conjuntos habitacionais. Nesse caso particular, entretanto, o que se observa é que a "qualidade de vida urbana", também, é uma forma de reprodução da "vida" nesses lugares, de determinação da maneira de vivê-los, além de delimitar os termos estritos da produção desses lugares, no que se refere a sua feição urbanística. Então, em vários níveis da prática social, apareceria essa mesma racionalidade, exigindo um processo de reapropriação dos espaços dos e pelos movimentos sociais. De forma mais geral, a produção de um "contra-espço", cotidianamente, pelos seus moradores. Um "contra-espço", residual, que dificultaria a operação do poder.

O significado dos movimentos sociais urbanos, redefinindo os sujeitos sociais e os termos do processo de transformação da sociedade, ainda está sendo avaliado.

Conduz a caminhos de reflexão que sugerem desde se pensar a autonomia dos movimentos sociais urbanos e seu caráter socialmente heterogêneo, dificultando sua caracterização como luta de classes; até lê-los como lutas sociais cotidianas, enquanto outra amplitude dos conflitos de classe. Se considerarmos o espaço homogêneo, funcionalizado e hierarquizado, que a racionalidade da "qualidade de vida urbana" alimenta, como suporte de relações sociais, no interior do movimento de ampliação da base social do capitalismo, a produção de um "contra-espço", como possibilidade aberta pelos movimentos e lutas sociais urbanas, viria ao encontro da re-leitura dos conflitos de classe.

Neste sentido, Vera da Silva Telles trata o mundo cotidiano da moradia como lugar de organização e luta social legível.⁵

A vitalidade dos movimentos populares, sua perspicácia na observação das possibilidades objetivas, que vão se constituindo, são fundamentais, quanto ao tempo de resolução dessas novas contradições.²

Definir-se-á, então, um momento de luta não apenas pela sobrevivência, para se conseguir uma vida cotidiana; mas para revolucionar, mudar a vida cotidiana. Momento que muitos autores já reconhecem nos países desenvolvidos.

Contudo, ainda assim, a qualidade de vida urbana, como motor de um pensamento-ação sobre o urbano, aparece frágil. Não é inteiramente falso, como vimos; mas sugere desvios, dissimulações, pode facilmente ser cooptado por uma racionalidade técnica, que pretende generalizar-se e se impor. Embora a qualidade de vida urbana, como prática concreta e discurso, é um momento contraditório em direção ao urbano, à vida urbana, à prática social plena; como conceito, que estimula o movimento do pensamento em direção à compreensão da deterioração do urbano e das virtualidades que a negarão ou reproduzirão, aparece insatisfatório. A busca do

(3) op. cit., p. 16.

(4) Gohn, Maria da Glória Marcondes - "A força da periferia", Petrópolis, Vozes, 1985.

(5) In: Scherer-Warren, Ilse e Krischke, Paulo J. (orgs.) - "Uma revolução no cotidiano?", São Paulo, Brasiliense, 1987.

fundamento da questão urbana e de seu movimento histórico, desvendando possibilidades e recrudescimentos, necessita de conceitos mais substanciais, a meu ver; a exemplo do de produção do espaço, de vida cotidiana, de reprodução das relações sociais, inclusive, do de modo de vida, etc.

Tentemos estabelecer a diferença entre qualidade de vida e modo de vida, que parecem se contrapor de forma mais imediata. Poderia, inclusive, propor a substituição da primeira concepção pela última.

Modo de vida que é um tema recorrente, entre alguns autores, nesses últimos anos.

Diria que a qualidade de vida urbana tem um sentido binário, aquele da codificação entre necessidade-satisfação, de forma estrita; portanto, um sentido quantitativo, mensurável, homogêneo, funcional. Foi dessa maneira que se vulgarizou e generalizou essa noção. No interior, enfim, da leitura da cidade como um produto ou soma de produtos.

O modo de vida, que não significa, exatamente, o que os geógrafos definiram anteriormente. Isto é, não se refere ao âmbito da relação imediata entre o homem e o meio, no seio de sociedades elementares. Sabemos das mediações sociais e da complexidade que a relação homem-natureza adquire. Contudo, o modo de vida, como hoje pode ser entendido, guarda uma relação com o sentido reproduzido pelos geógrafos: seu caráter qualitativo e amplo, do ponto de vista da reflexão sobre todas as manifestações coletivas – costumes, religião, língua, etc. –. Através dessa concepção está em jogo "a extensão da base social sobre a qual se reproduzem as relações de produção capitalistas", ou "o alargamento das mesmas a toda a sociedade, até ao modo de reprodução da

vida", nas palavras de Andre Granou, pinçadas aqui de seu trabalho "Capitalismo e modo de vida", profundamente mais completo e rico.⁶

Resumindo alguns significados presentes em Henri Lefebvre, neste mesmo sentido, que podem se acomodar a esta noção, enquanto movimento contraditório, temos: o jogo das diferenças contrapondo-se à homogeneidade; a satisfação-insatisfeita, reproduzida pela sociedade de consumo atual; a diferença entre domínio da natureza e apropriação da natureza, nos termos da conquista de um crescimento ilimitado das forças produtivas, contraposto ao empobrecimento das relações sociais; uma relação com o espaço e o tempo, que não é somente racional, no sentido estrito, mas é afetiva, portanto, sensível e lúdica...

Dessa forma, cria-se a possibilidade de recuperar o entendimento da cidade como obra.

Aprendi com Philippe Ariès que o poder tenta preencher todos os espaços com a sua racionalidade, esvaziando o significado do urbano, dos encontros e da vida coletiva, como possibilidade; o que, inclusive, nos termos do autor, hipertrofiaria o significado da vida privada, verdadeiro refúgio desse processo de esvaziamento.⁷ Desvendar esse preenchimento-esvaziamento poderia ser mais decisivo e crítico, em hipótese, através da concepção de modo de vida, do que daquela de qualidade de vida; esta última, totalmente imersa e comprometida, exatamente, com esse processo.

O modo de vida poderia remeter ao qualitativo, ao diferencial, ao múltiplo, na análise da vida urbana.

De qualquer forma, essa é uma hipótese, entre outras possíveis, todas bastante complexas, e não necessariamente excludentes, a contrapor ao repensar a cidade, através da qualidade de vida urbana.

(6) Granou, Andre - "Capitalismo e modo de vida", Porto, Afrontamento, 1975.

(7) Ariès, Philippe - "A família e a cidade". In: Figueira, S.A. e Velho, G. (orgs.): "Família, Psicologia e Sociedade", Rio de Janeiro, Campus, 1981.